



P

PRÉMIOS IRGA 2014



ENTREVISTA ALBERTO CASTRO Professor da Faculdade de Economia da Universidade Católica do Porto

“São poucas as empresas que não têm núcleo duro de controlo absoluto”

Recapitalização Alberto Castro entende que a lógica terá de mudar para os investidores disponibilizarem o seu dinheiro e a bolsa ter um papel activo na recapitalização das empresas.

Filipe S. Fernandes
diario.economico@economico.pt

Alberto Castro, 62 anos, é professor da Faculdade de Economia e Gestão da Católica do Porto, onde dirige o Centro de Estudos de Gestão e Economia Aplicada. Licenciou-se em Economia pela Faculdade de Economia do Porto e é doutorado pela Universidade da Carolina do Sul. Integra o júri do IRGA e, entre outras funções, é vice-presidente do Conselho Geral e de Supervisão da EDP, membro do Conselho Geral da Associação Empresarial de Portugal, da Direcção da Associação Comercial do Porto, e do Conselho Consultivo do INE.

Hoje a informação que as empresas fornecem ao mercado é mais completa porque ganharam consciência de que é necessária transparência ou é uma exigência dos mercados?

É o resultado dessas duas tendências: os mercados (desde os investidores institucionais até aos individuais) exigem mais informação, estão mais atentos; existe um maior escrutínio mu-

to mais facilitado pela evolução das tecnologias de informação e, em muitos casos, as próprias empresas ganharam consciências que essas (boas) práticas, essenciais à sua (boa) relação com os stakeholders, era um elemento fundamental e distintivo da sua estratégia.

“

A qualidade da prática de gestão é um dos factores mais importantes para a competitividade de um país.

Os investidores (ou financiadores) não estão disponíveis a ceder dinheiro a dizer na gestão.

Como é que se podem atrair mais empresas para Bolsa? Porque é que preferem o financiamento bancário ao da Bolsa? A Bolsa pode ser uma via de recapitalização das empresas?

Nesta como em muitas outras questões intervêm um conjunto de aspectos que vão desde a cultura empresarial aos incentivos existentes. Se analisarmos com cuidado, mesmo nas empresas hoje em dia cotadas em Portugal, poucas são as que não têm um núcleo duro de controlo absoluto. Há, e houve, casos de utilização da Bolsa que deixou muitos pequenos investidores escaldados e os investidores institucionais desinteressados. Enquanto prevalecer essa postura e lógica, não creio que seja possível haver um muito maior dinamismo bolsista. Por isso, as empresas preferem o (ou resignam-se ao) financiamento bancário. O eventual papel da Bolsa na recapitalização só pode ser desempenhado quando (e se) houver uma outra abertura de quem controla as empresas. Os investidores (ou financiadores) não estão disponíveis a ceder dinheiro não tendo

uma palavra a dizer na gestão.

Como avalia a qualidade do corporate governance no mercado de capitais português?

A qualidade da prática de gestão é um dos factores mais importantes para a competitividade de um país. Vários factores condicionam a sua evolução e disseminação. Um estímulo vem do supervisor, ao estabelecer um conjunto de recomendações sobre o que considera serem práticas essenciais da boa corporate governance. Numa sociedade madura, a auto-regulação, o exemplo e a comparação são elementos importantes na difusão das boas práticas. Daí a importância do papel de organizações que emergem da sociedade civil, como o IPCG, ou que emanam das próprias empresas cotadas, como a AEM. Os prémios e o reconhecimento dos melhores, como acontece com os IRGA, serão um estímulo adicional. Um longo caminho foi já percorrido, as práticas são hoje em dia melhores (em alguns casos reconhecidas internacionalmente) mas há sempre espaço para melhoria, para se ser mais exigente consigo próprio. ■

Alberto Castro entende que os prémios e o reconhecimento dos melhores são estímulos importantes.

OS INVESTOR RELATIONS & GOVERNANCE AWARDS 2014

Os Prémios IRGA (Investor Relations & Governance Awards), promovidos pela Deloitte e pelo Diário Económico, destinam-se a galardoar as melhores práticas desenvolvidas no mercado de capitais em 2013 em investor relations. Esta é a 27ª edição dos prémios construída sob o lema: “Quem ambiciona novos desafios evolui mais forte”.

As categorias a premiar são as seguintes:

- Melhor CEO em Investor Relations
- Melhor CFO em Investor Relations
- Melhor Investor Relations Officer
- Melhor Gestor de Fundo
- Melhor Analista de Mercado
- Melhor Estratégia Global de Investor Relations
- Melhor Casa de Research
- Melhor Relatório e Contas do Sector Financeiro e do Sector Não Financeiro

- Melhor Performance em Bolsa
- Lifetime Achievement em Mercados Financeiros

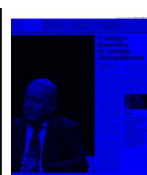
Os sete primeiros prémios são atribuídos por deliberação do júri mediante ‘short-list’ de nomeações do colégio eleitoral. O Melhor Relatório e Contas é atribuído por deliberação do júri mediante ranking resultante de uma avaliação técnica. Os prémios Melhor Performance em Bolsa e Lifetime Achievement em Mercados

Financeiros são atribuídos por deliberação directa do júri.

Constituição do júri

O júri dos Investor Relations & Governance Awards 2014 tem, como já é hábito, Manuel Alves Monteiro como presidente. Os restantes membros são Alberto Castro, António Gomes Mota, Francisco Murteira Nabo, João Duque, Jorge Coelho, José Miguel Júdice, Luís Amado, Rui Rio e Vítor Bento.




**PONTOS
CHAVE**

- Fornecer boa informação é um elemento fundamental e distintivo da estratégia das empresas.
- Há, e houve, casos de utilização da bolsa que deixou muitos pequenos

investidores escaldados e os investidores institucionais desinteressados.

- O eventual papel da Bolsa na recapitalização só pode surgir se houver uma outra abertura

de quem controla as empresas.

- É importante o papel de organizações que emergem da sociedade civil, como o IPCG, ou que emanam das próprias empresas cotadas, como a AEM.

Bruno Barbosa

O milagre financeiro de António Champalimaud

Em sete anos transformou um investimento de 100 milhões de euros num ganho de 1.500 milhões.

A 7 de Junho de 1999 a parceria entre o Grupo Champalimaud e o Banco Santander foi comunicada ao Governo. O empresário português vendia 40% das holdings pessoais, através das quais controlava a maioria da Mundial-Confiança, do Banco Pinto & Sotto Mayor (BPSM), Banco Totta & Açores (BTA) e Crédito Predial Português (CPP), ao banco espanhol.

Sousa Franco, então ministro das Finanças, opôs-se ao acordo. O Instituto de Seguros de Portugal (ISP) inibiu os votos do Santander na Mundial-Confiança e o Banco de Portugal (BP) estendeu a inibição aos bancos do grupo. As autoridades de supervisão chumbaram o acordo com argumentos muito próximos dos do Governo, centrados em objecções prudenciais ao nível do modelo de controlo conjunto.

O BCP lançou primeiro uma OPA (18 de Junho) sobre a seguradora e, semanas depois, sobre os bancos de Champalimaud, procurando aproveitar o veto governamental e a perda da maioria dos direitos de voto do empresário e do Santander no grupo.

O Santander recorreu junto da Comissão Europeia, que começou a dar indícios de que poderia dar razão aos espanhóis. Em Novembro de 1999, Pina Moura, que acumulava os Ministérios da Economia e das Finanças tentou a via negocial para resolver o imbróglio. A 11 de Novembro de 1999, anunciou um novo acordo, em que Champalimaud vendia a maioria do Grupo Mundial-Confiança ao Santander, que a revendia à CGD para depois recomprar o BTA e o CPP. A seguradora e o Sotto ficavam para a CGD.

António Champalimaud saiu da banca por 1500 milhões de euros, os espanhóis ficaram com o BTA e o CPP por 2,150 mil milhões de euros. O BCP pagou 4,1 mil milhões de euros por 100% do BSPM e a CGD ficou com as seguradoras. O milagre da multiplicação de António Champalimaud que conseguiu transformar, entre 1992 e 1999, um grupo que lhe terá custado cerca de 100 milhões de euros num ganho de 1500 milhões. ■ **F.S.F.**



“

Champalimaud saiu da banca por 1.500 milhões de euros, os espanhóis ficaram com o BTA e o CPP por 2,150 mil milhões de euros. O BCP pagou 4,1 mil milhões de euros por 100% do BSPM e a CGD ficou com as seguradoras.

